

## A DEMANDA DE UM PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

13-12-97

[Pesquisadores e técnicos da FAO e do Banco Mundial apontam novo rumo para políticas públicas]

[Apesar dos ajustes e das reformas já feitos, a pobreza e a desigualdade não diminuíram na América Latina]

Praticamente todas as economias latinoamericanas foram razoavelmente estabilizadas nos últimos anos. Não somente desapareceu a hiperinflação, como a proporção de países com taxas anuais de inflação superiores a 20% despencou de três quartos para um terço entre 1990 e 1995. Também foi generalizada a liberalização do comércio exterior, e mais da metade dos estados do subcontinente até alcançaram o necessário ajuste fiscal. Pode-se dizer, portanto, que o dever de casa já está feito, ou bem avançado, em quase toda a América Latina. A má notícia é que os resultados estão longe de corresponder às expectativas. Em vez de voltar a crescer a taxas médias anuais próximas dos 6%, como as da década de 70, ou pelo menos superiores a 5%, como as da década de 60, as economias latinoamericanas mal superaram a marca dos 3% no período 1990-95. Uma débil recuperação, não somente incapaz de reduzir a pobreza, como geradora de ainda mais desigualdade.

Há uma hipótese ancorada na história mundial que talvez explique esse pífio desempenho da onda reformista que está detonando o estilo de crescimento baseado na substituição de importações. Contrastando com a infindável polêmica sobre as flutuações econômicas do século 19, existe quase unanimidade sobre as três fases de crescimento da economia capitalista neste século. Durante o conflituoso e autárquico período 1913-50, as economias centrais cresceram a uma taxa média de 2%. Essa taxa saltou para quase 5% durante a expansão da “Era de Ouro,” mas voltou a desabar para menos de 2,5% com a contração que se seguiu. Assim, taxas de 5 a 6% podem ter sido obtidas na América Latina nas décadas de 60 e 70 essencialmente como efeito do excelente desempenho das economias centrais nas décadas de 50 e 60. O que significa que isto poderia voltar a ocorrer na rabeira de uma nova expansão das economias centrais, cujos primeiros sinais poderiam estar surgindo com o exuberante comportamento da locomotiva norteamericana, que continua responsável por três quartos do PIB do hemisfério ocidental. Ou seja, nesta visão que poderia ser chamada de “reboquista”, os ajustes estabilizadores e as reformas liberalizantes recentemente realizados na América Latina indicariam antes de tudo a montagem de um modo de regulação macroeconômica mais apropriado à próxima carona que o subcontinente pegará quando se consolidar outra expansão no centro da economia mundial.

Uma visão bem diferente predominou em recente seminário organizado pela representação regional da FAO numa histórica *hacienda* do estado mexicano de

Morelos, berço das tropas de Emiliano Zapata. O professor Alain De Janvry, da Universidade da Califórnia/Berkeley, lançou a hipótese de que os ajustes e reformas já realizados na América Latina não geraram crescimento - e muito menos redução da pobreza e da desigualdade - por razões eminentemente micro-institucionais. Sublinhou a falta de políticas diferenciadas (ou “de precisão”) que aumentem o conjunto de oportunidades disponíveis aos núcleos familiares e comunitários e, sobretudo, que aumentem a capacidade de resposta desses núcleos às oportunidades disponíveis.

Idéia similar preside a nova proposta do Banco Mundial para o desenvolvimento rural. Depois de abandonar seus célebres programas de “desenvolvimento rural integrado,” que pretendiam atender a inúmeras e heterogêneas necessidades de forma global e simultânea, o Banco passou uns dez anos sem articular uma estratégia alternativa. Investiu em estradas, abastecimento de água, saneamento, etc., sem qualquer visão de conjunto que definisse prioridades. Agora volta a uma abordagem integradora, mas voltada para a instância local, e não mais para os governos centrais ou regionais. Aprendendo com seus próprios erros, o Banco reconhece a necessidade de planejar e executar seus projetos de forma descentralizada e participatória. Principalmente porque é somente a nível local que existem as informações, incentivos e capacidades necessários para implementar esses projetos, disse Suzanne Piriou-Sall, técnica da área de desenvolvimento rural do BIRD.

Foi esse anseio de promover políticas públicas mais focalizadas que levou o representante regional da FAO, Gustavo Gordillo, a reunir no atual Hotel Fazenda Cocoyoc dezenas de funcionários de segundo escalão de dezessete países latinoamericanos com técnicos do Banco Mundial e pesquisadores acadêmicos. Como De Janvry, ele se diz convicto de que todos os envolvidos na confecção de políticas governamentais - e principalmente os que lidam com a reforma do estado e com iniciativas de descentralização - precisam estar mais atentos para o papel das instituições (regras do jogo) no processo de desenvolvimento.

A grande vantagem da hipótese De Janvry é fornecer um fundamento teórico para essa nova ênfase em programas baseados na participação em âmbito local. Mesmo que esteja redondamente enganado ao imaginar que esse poderá ser o grande acelerador do crescimento latinoamericano, uma coisa é certa: é o melhor caminho para gerar as instituições necessárias à indispensável mudança do padrão de distribuição de renda. E sem uma profunda desconcentração da renda serão efêmeras quaisquer altas taxas de crescimento.